



**ANÚNCIO DE INÍCIO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO
DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DA**

VERT

SECURITIZADORA

VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Companhia Aberta - CVM nº 23.990 - CNPJ/MF nº 25.005.683/0001-09

Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, conjunto 24, Pinheiros, CEP 05407-003, São Paulo - SP

Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio oriundos de Notas de Crédito à Exportação de emissão da



São Martinho

SÃO MARTINHO S.A.

CNPJ/MF nº 51.466.860/0001-56 - CVM nº 20.516

Fazenda São Martinho, s/nº, CEP 14850-000, Pradópolis - SP

O **BANCO BRADESCO BBI S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com estabelecimento na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.271.464/0103-43, na qualidade de instituição intermediária líder ("**Coordenador Líder**"), **BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30 ("**Itaú BBA**"), o **BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A.**, instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30 ("**BB-BI**") e o **BANCO J. SAFRA S.A.**, instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.150, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.017.677/0001-20 ("**Safra**" e, quando referido em conjunto com o Coordenador Líder, o Itaú BBA e o BB-BI, os "**Coordenadores**"), e **Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**; **Banco Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio**; **Banco BNP Paribas Brasil S.A.**; **Banco BTG Pactual S.A.**; **Banco Daycoval S.A.**; **Banco Fator S.A.**; **Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários**; **CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**; **Citigroup Global Markets Brasil CCTVM S.A.**; **Concórdia S/A Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities**; **Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.**; **Easynvest - Título Corretora de Valores S.A.**; **Guide Investimentos S.A. Corretora de Valores**; **Itaú Corretora de Valores S.A.**; **J. Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda.**; **Magliano S.A. CCVM**; **Planner Corretora de Valores S.A.**; **Rico Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**; **Senso Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.**; **Socopa Sociedade Corretora Paulista S.A.**; **Spinelli S/A - Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio**; **UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**; **Votorantim Corretora de Valores Mobiliários Ltda.**; **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, na qualidade de instituições convidadas pelos Coordenadores para participar da Oferta como participantes especiais, nos termos do artigo 52 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), comunicam, nesta data, o início da distribuição pública de 506.400 (quinhentos e seis mil e quatrocentos) certificados de recebíveis do agronegócio da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 5ª (quinta) emissão da **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, conjunto 24, Pinheiros, CEP 05407-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.005.683/0001-09, com estatuto social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") sob o NIRE 35.300.492.30-7, e inscrita na CVM sob o nº 23.990 ("**Emissora**"), todos nominativos e escriturais ("**CRA DI**" e "**CRA IPCA**", em conjunto "**CRA**"), sendo que a oferta base correspondeu a 400.000 (quatrocentos mil) CRA, acrescidos de 106.400 (cento e seis mil e quatrocentos) CRA, em virtude do exercício parcial da Opção de Lote Adicional e do exercício total da Opção de Lote Suplementar, conforme item 3.1.1 abaixo, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) ("**Valor Nominal Unitário**"), perfazendo, na data de emissão, qual seja 07 de abril de 2017 ("**Data de Emissão**"), o total de ("**Oferta**"):

R\$506.400.000,00

(quinhentos e seis milhões e quatrocentos mil reais)

CÓDIGO ISIN DOS CRA DA 1ª (PRIMEIRA SÉRIE) - CRA DI: Nº BRVERTCRA054

CÓDIGO ISIN DOS CRA DA 2ª (SEGUNDA SÉRIE) - CRA IPCA: Nº BRVERTCRA062

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DA EMISSÃO DOS CRA FEITA PELA STANDARD & POOR'S RATINGS DO BRASIL LTDA.: "brAA+ (sf)"

sendo R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) correspondentes à oferta base, acrescida de R\$ 106.400.000,00 (cento e seis milhões e quatrocentos mil reais) em virtude do exercício parcial da Opção de Lote Adicional e do exercício total da Opção de Lote Suplementar, conforme item 3.1.1 abaixo, Oferta essa a ser realizada em conformidade com a Instrução CVM 400 e com a Instrução da CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("**Instrução CVM 414**").

Exceto quando especificamente definidos neste Anúncio de Início, os termos aqui utilizados iniciados em letra maiúscula terão o significado a eles atribuído no prospecto definitivo da Oferta ("**Prospecto Definitivo**") e no Termo de Securitização (conforme definido abaixo).



1. DELIBERAÇÕES SOBRE A EMISSÃO E TERMO DE SECURITIZAÇÃO

1.1. Aprovações Societárias da Emissão: **1.1.1.** A Emissora está autorizada a realizar, nos termos do artigo 2º de seu estatuto social, a emissão e a distribuição pública de certificados de recebíveis do agronegócio, sendo que em Reunião de Diretoria da Emissora realizada em 18 de janeiro de 2017, cuja ata foi registrada perante a JUCESP em 07 de fevereiro de 2017, sob o nº 72.595/17-6, e publicada no Diário Oficial Estado de São Paulo em 11 de fevereiro de 2017 e no Jornal “Diário Comercial” na edição de 11, 12 e 13 de fevereiro de 2017, aprovou, por unanimidade de votos, a realização da emissão da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries de certificados de recebíveis do agronegócio da 5ª (quinta) emissão da Emissora, lastreados nos Direitos Creditórios do Agronegócio (conforme abaixo definido).

1.2. Termo de Securitização: **1.2.1.** A Emissão é regulada pelo “*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 5ª (Quinta) Emissão da VERT Companhia Securitizadora*” (“**Termo de Securitização**”), celebrado entre a Emissora e a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, contato Sra. Nathalia Machado Loureiro, Sra. Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira, com telefone (21) 3385-4565, site: www.pentagonotruster.com.br e e-mail: operacional@pentagonotruster.com.br, na qualidade de agente fiduciário da Emissão (“**Agente Fiduciário**”), em 21 de março de 2017. Os Investidores poderão ser atendidos por meio do telefone, *website* ou por meio do email informados acima.

1.2.2. O Agente Escriturador dos CRA é a **Planner Corretora de Valores S.A.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 10º andar CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.806.535/0001-54.

2. CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO QUE LASTREIAM A EMISSÃO

2.1. Os CRA serão lastreados em direitos creditórios do agronegócio representados por duas notas de crédito à exportação (“**NCE DI**” e “**NCE IPCA**”, em conjunto “**NCE**”) de emissão da São Martinho S.A., sociedade anônima com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade de Pradópolis, Estado de São Paulo, na Fazenda São Martinho, s/nº, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.466.860/0001-56 (“**Devedora**”) cujo valor de emissão é de R\$ 506.400.000,00 (quinhentos e seis milhões e quatrocentos mil reais), na data de emissão das NCE, dos quais R\$ 313.566.000,00 (trezentos e treze milhões, quinhentos e sessenta e seis mil reais) correspondem à NCE DI e R\$ 192.834.000,00 (cento e noventa e dois milhões, oitocentos e trinta e quatro mil reais) correspondem à NCE IPCA, emitidas em favor do Itaú Unibanco S.A. instituição financeira com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/4816-09 (“**Itaú Unibanco**” ou “**Cedente**”), tendo sido os Direitos Creditórios do Agronegócio (conforme abaixo definido) posteriormente cedidos à Emissora, mediante a celebração do “*Instrumento Particular de Cessão de Direitos Creditórios do Agronegócio e Outras Avenças*” entre o Itaú Unibanco e a Emissora, com anuência da Devedora, em 21 de março de 2017 (“**Contrato de Cessão**”), bem como endossada pelo Cedente em favor da Emissora, conforme previsto no Contrato de Cessão.

2.1.1. A Devedora captará recursos por meio da emissão das NCE em favor do Itaú Unibanco, em conformidade com a Lei nº 6.313, de 16 de dezembro de 1975, conforme alterada (“**Lei 6.313**”) e com o Decreto-Lei nº 413, de 9 de janeiro de 1969, conforme alterado (“**Decreto-Lei 413**”), no âmbito da Operação de Securitização. Por sua vez, o Itaú Unibanco, realizou, em favor da Emissora, a cessão onerosa definitiva de todos e quaisquer direitos creditórios, principais e acessórios, devidos pela Devedora (na condição de emitente) por força da NCE DI e da NCE IPCA (“**Direitos Creditórios do Agronegócio DI**”, “**Direitos Creditórios do Agronegócio IPCA**” e, em conjunto, “**Direitos Creditórios do Agronegócio**”) para fins de constituição do lastro da emissão dos CRA, nos termos do Contrato de Cessão.

2.1.2. Para todos os fins, considera-se “**Operação de Securitização**” a operação financeira de securitização de recebíveis do agronegócio que resultará na emissão dos CRA, à qual os Direitos Creditórios do Agronegócio serão vinculados como lastro com base no Termo de Securitização, que terá, substancialmente, as seguintes características: (i) a Devedora emitiu as NCE, a serem desembolsadas pelo Cedente, consubstanciando os Direitos Creditórios do Agronegócio; (ii) o Cedente cedeu a totalidade dos Direitos Creditórios do Agronegócio para a Emissora, por meio do Contrato de Cessão; (iii) a Emissora realizará a emissão de CRA, nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (“**Lei 11.076**”) e das Instruções CVM 400 e 414, sob regime fiduciário, com lastro nos Direitos Creditórios do Agronegócio, conforme o disposto no Termo de Securitização, os quais serão ofertados publicamente no mercado de capitais brasileiro; e (iv) a Emissora efetuará o pagamento, em moeda corrente nacional, do preço de aquisição ao Cedente em contrapartida à cessão onerosa definitiva dos Direitos Creditórios do Agronegócio (“**Preço de Aquisição**”).

2.1.3. Adicionalmente, a emissão das NCE e a vinculação dos Direitos Creditórios do Agronegócio aos CRA no âmbito da Operação de Securitização foram aprovadas, por unanimidade, em Reunião de Conselho de Administração da Devedora, realizada em 20 de fevereiro de 2017, devidamente arquivada na JUCESP em 03 de março de 2017, sob o nº 108.623/17-8.

2.2. O Patrimônio Separado DI, conforme definido no Termo de Securitização, será composto (i) pelos Direitos Creditórios do Agronegócio DI; (ii) pelos valores que venham a ser depositados na Conta Centralizadora DI, inclusive pelos valores decorrentes das Aplicações Financeiras Permitidas na Conta Centralizadora DI, conforme definidos no Termo de Securitização; e (iii) pelos bens e/ou direitos decorrentes dos itens (i) a (iii), acima, conforme aplicável. O Patrimônio Separado IPCA (em conjunto com o Patrimônio Separado DI, “**Patrimônios Separados**”), conforme definido no Termo de Securitização, será composto (i) pelos Direitos Creditórios do Agronegócio IPCA; (ii) pelos valores que venham a ser depositados na Conta Centralizadora IPCA, inclusive pelos valores decorrentes das Aplicações Financeiras Permitidas na Conta Centralizadora IPCA, conforme definidos no Termo de Securitização; e (iii) pelos bens e/ou direitos decorrentes dos itens (i) a (iii) acima, conforme aplicável.

3. CARACTERÍSTICAS DOS CRA

3.1. Quantidade de CRA: Serão emitidos 506.400 (quinhentos e seis mil e quatrocentos) CRA, sendo 313.566 (trezentos e treze mil e quinhentos e sessenta e seis) CRA DI e 192.834 (cento e noventa e dois mil e oitocentos e trinta e quatro) CRA IPCA, conforme decidido em comum acordo entre a Emissora, a Devedora e os Coordenadores, após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelos Coordenadores, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400 (“**Procedimento de Bookbuilding**”).

3.1.1. A Emissora, após consulta e concordância dos Coordenadores e da Devedora, optou por aumentar a quantidade de CRA originalmente ofertados, em 11,6% (onze inteiros e seis décimos por cento), ou seja, em 46.400 (quarenta e seis mil e quatrocentos) CRA, mediante o exercício parcial da opção de lote adicional, prevista no artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 (“**Opção de Lote Adicional**”). Os Coordenadores, após consulta e concordância prévia da Devedora e da Emissora, com o propósito exclusivo de atender excesso de demanda constatado no Procedimento de *Bookbuilding*, optaram por aumentar a quantidade dos CRA originalmente ofertados, em 15% (quinze por cento), ou seja, em 60.000 (sessenta mil) CRA, mediante o exercício total da opção de lote suplementar, prevista no artigo 24 da Instrução CVM 400 (“**Opção de Lote Suplementar**”). Aplicar-se-ão aos CRA decorrentes do exercício parcial de Opção de Lote Adicional e do exercício total de Opção de Lote Suplementar as mesmas condições e preço dos CRA inicialmente ofertados e sua colocação será conduzida sob o regime de melhores esforços.



3.1.2. Instituições financeiras autorizadas a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários foram convidadas pelos Coordenadores para participar da Oferta, na qualidade de participantes especiais, sendo celebrados os contratos de adesão, nos termos do Contrato de Colocação (conforme definido na Cláusula 7 abaixo) (cada um, genericamente, **“Contrato de Adesão”**) entre os Coordenadores e referidas instituições (**“Participantes Especiais”** e, em conjunto com os Coordenadores, as **“Instituições Participantes da Oferta”**).

3.1.3. Como a demanda total dos investidores excedeu o Valor Total da Emissão, serão atendidos os Pedidos de Reserva e as intenções de investimento que indicaram a menor taxa, adicionando-se os Pedidos de Reserva e as intenções de investimento que indicaram taxas superiores até atingir a taxa definida no Procedimento de *Bookbuilding*, sendo que todos os Pedidos de Reserva admitidos que indicaram taxa menor ou igual à definida no Procedimento de *Bookbuilding* serão integralmente atendidos, conforme estabelecido no Prospecto e no Contrato de Colocação.

3.1.4. Não será admitida a distribuição parcial dos CRA, tendo em vista que o regime de garantia firme abarca o valor de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais). Aplicar-se-ão aos CRA decorrentes do exercício de Opção de Lote Adicional e de Opção de Lote Suplementar, as mesmas condições e preço dos CRA inicialmente ofertados, conforme o caso e sua colocação será conduzida sob o regime de melhores esforços.

3.1.5. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, como não foi verificado, pelos Coordenadores, excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de CRA objeto da Oferta, foi aceita a participação de investidores da Oferta que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*. Caso fosse verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) dos CRA (sem considerar os CRA objeto de exercício da Opção de Lote Adicional e da Opção de Lote Suplementar), os Pedidos de Reserva realizados por Pessoas Vinculadas seriam automaticamente cancelados, exceto pela colocação de CRA perante Pessoas Vinculadas que tivessem apresentado Pedidos de Reserva dentro do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, estando sujeitas às mesmas regras e restrições aplicáveis a Investidores Não Institucionais previstas no Prospecto Preliminar, conforme autorizado no âmbito do procedimento de registro da Oferta, nos termos da Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005 (**“Deliberação CVM 476”**). Com relação a este procedimento, consultar em especial as informações contidas na Seção “Fatores de Risco”, item *“A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá afetar adversamente a formação da taxa de remuneração final dos CRA e poderá resultar na redução da liquidez dos CRA”* na página 153 do Prospecto Definitivo. Para fins da Oferta, **“Pessoas Vinculadas”** são Investidores que sejam: **(i)** Controladores ou administradores da Emissora, da Devedora ou de outras pessoas vinculadas à Emissão ou à distribuição dos CRA, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; **(ii)** Controladores ou administradores de qualquer das Instituições Participantes da Oferta; **(iii)** empregados, operadores e demais prepostos de qualquer das Instituições Participantes da Oferta diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; **(iv)** agentes autônomos que prestem serviços a qualquer das Instituições Participantes da Oferta; **(v)** demais profissionais que mantenham, com qualquer das Instituições Participantes da Oferta, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; **(vi)** sociedades Controladas, direta ou indiretamente, por qualquer das Instituições Participantes da Oferta; **(vii)** sociedades Controladas, direta ou indiretamente por pessoas vinculadas a qualquer das Instituições Participantes da Oferta desde que diretamente envolvidos na Oferta; **(viii)** cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens “ii” a “v”; e **(ix)** clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados. As Pessoas Vinculadas estão sujeitas às regras e restrições aplicáveis a Investidores Não Institucionais previstas no Prospecto Definitivo e no Contrato de Distribuição.

3.1.5.1. A vedação acima não se aplica às instituições financeiras contratadas pela Emissora para atuar como formador de mercado, nos termos da regulação da CVM. Visando a otimização da atividade de formador de mercado, a Emissora se comprometeu, no âmbito do contrato celebrado com o formador de mercado, a atender à totalidade das ordens enviadas pelo formador de mercado inferiores ao percentual da Remuneração definido no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite estabelecido no referido contrato, independentemente do volume total demandado pelos Investidores na Oferta.

3.1.5.2. Durante todo o Prazo Máximo de Colocação, o preço de integralização dos CRA será o correspondente ao Preço de Integralização, sendo a integralização dos CRA realizada em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

3.2. Valor Nominal Unitário: Os CRA tem Valor Nominal Unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão.

3.3. Número de Séries: A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, quais sejam: **(i)** 1ª (primeira) da 5ª (quinta) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Emissora, referentes aos CRA DI (**“Série DI”**); e **(ii)** 2ª (segunda) da 5ª (quinta) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Emissora, referentes aos CRA IPCA (**“Série IPCA”** e, em conjunto com a Série DI, as **“Séries”**).

3.4. Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão é de R\$ 506.400.000,00 (quinhentos e seis milhões e quatrocentos mil reais), na Data de Emissão, observado que a oferta base, correspondente a R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) foi acrescida de R\$ 106.400.000,00 (cento e seis milhões e quatrocentos mil reais), em virtude do exercício parcial da Opção de Lote Adicional e do exercício total da Opção de Lote Suplementar, conforme item 3.1.1. acima (**“Valor Total da Emissão”**).

3.5. Forma dos CRA: Os CRA serão emitidos sob a forma escritural e sua titularidade será comprovada por extrato emitido pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA, conforme o caso e considerando a localidade de depósito eletrônico dos ativos na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA. Será reconhecido como comprovante de titularidade dos CRA o extrato em nome do titular de CRA emitido pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA, enquanto estiverem eletronicamente custodiados na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, conforme o caso.

3.6. Prazo: A data de vencimento **(i)** dos CRA DI será em 17 de abril de 2021 (**“Data de Vencimento dos CRA DI”**); e **(ii)** dos CRA IPCA será em 19 de abril de 2023 (**“Data de Vencimento dos CRA IPCA”**), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de oferta de resgate antecipado e de resgate antecipado obrigatório dos CRA.

3.7. Registro para Distribuição e Negociação: Os CRA serão depositados **(i)** para distribuição no mercado primário por meio **(a)** do MDA, administrado pela CETIP, e **(b)** do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo a liquidação financeira realizada por meio do sistema de compensação e liquidação da CETIP ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso; e **(ii)** para negociação no mercado secundário, por meio **(a)** do CETIP21 administrado e operacionalizado pela CETIP, e **(b)** do PUMA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, em mercado de bolsa, sendo a liquidação financeira dos eventos de pagamento e a custódia eletrônica dos CRA realizada por meio do sistema de compensação e liquidação da CETIP ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso.

3.8. Forma e Procedimento de Colocação dos CRA: Observadas as disposições da regulamentação aplicável e atendidas as condições precedentes previstas na cláusula 3.1 do Contrato de Colocação, os CRA são objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução CVM 400. Serão distribuídos, sob regime de garantia firme de colocação, CRA no montante de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), observada a proporção de garantia firme atribuída a cada Coordenador no item 3.8.1 abaixo. A colocação dos CRA oriundos do exercício parcial da Opção de Lote Adicional e total da Opção de Lote Suplementar, ou seja, no montante de R\$ 106.400.000,00 (cento e seis milhões e quatrocentos mil reais), será conduzida sob o regime de melhores esforços.

3.8.1. A garantia firme de colocação dos CRA de que trata o item acima será prestada na seguinte proporção pelos Coordenadores, de forma individual e não solidária, conforme os seguintes volumes: **(i)** R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), pelo Coordenador Líder; **(ii)** R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), pelo Itaú BBA; **(iii)** R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), pelo BB-BI e **(iv)** R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), pelo Safra.



3.8.2. A garantia firme de colocação prevista acima seria exercida pelos Coordenadores proporcionalmente às suas respectivas participações, conforme indicado acima, sem qualquer solidariedade entre eles **(i)** desde que e somente se satisfeitas todas ou dispensadas expressamente pelos Coordenadores as condições precedentes previstas no Contrato de Colocação; e **(ii)** caso após o Procedimento de *Bookbuilding* não houvesse demanda de mercado para a totalidade dos CRA inicialmente ofertados. Observado os requisitos determinados nos itens (i) e (ii) acima, a Garantia Firme seria exercida pelos Coordenadores (e/ou suas afiliadas, conforme oportunamente indicadas) exclusivamente com relação à parcela que não houvesse demanda, em igual proporção e sem solidariedade. Caso fosse necessário o exercício da garantia firme por parte dos respectivos Coordenadores, estes a exerceriam pela taxa teto proposta para a Remuneração objeto do Procedimento de *Bookbuilding*, a saber, Taxa Máxima DI e /ou a Taxa Máxima IPCA (conforme definidas no Contrato de Colocação, sendo que a proporção do exercício da garantia firme na Série DI e/ou Série IPCA ocorreria a exclusivo critério de cada um dos Coordenadores.

3.8.3. Aos CRA decorrentes do exercício parcial da Opção de Lote Adicional e do exercício total da Opção de Lote Suplementar serão aplicadas as mesmas condições e preço dos CRA inicialmente ofertados e sua colocação será conduzida sob o regime de melhores esforços.

3.8.4. Anteriormente à concessão do registro da Oferta pela CVM, os Coordenadores e/ou os Participantes Especiais disponibilizaram ao público o Prospecto Preliminar da Oferta, precedido de publicação do “Aviso ao Mercado da Distribuição Pública da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 5ª (Quinta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da VERT Companhia Securitizadora”, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400 (“Aviso ao Mercado”). A partir do 5º (quinto) Dia Útil contado da data da publicação do Aviso ao Mercado, as Instituições Participantes da Oferta iniciaram a coleta de intenções de investimentos para os Investidores Institucionais e para os Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta, com recebimento de reservas, por meio de recebimento de pedidos de reserva e intenções de investimento, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem fixação de lotes mínimos ou máximos, e dos procedimentos previstos no Prospecto Preliminar da Oferta (“Pedidos de Reserva”).

3.8.5. Os Investidores Não Institucionais participaram do procedimento de coleta de intenções de investimento por meio da apresentação de Pedidos de Reserva, sem fixação de lotes mínimos ou máximos, realizada no Período de Reserva e no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, sendo que tais intenções de investimento foram apresentadas a uma das Instituições Participantes da Oferta, de acordo com o procedimento descrito no Contrato de Colocação e na seção “Informações Relativas à Oferta - Oferta Não Institucional” do Prospecto Definitivo da Oferta, observadas as limitações aplicáveis aos Investidores Pessoas Vinculadas. Adicionalmente, os Investidores também participaram da Oferta por meio da apresentação de intenções de investimento na data de encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*.

3.8.6. Como o volume total de CRA objeto dos Pedidos de Reserva de Investidores Não Institucionais admitidos e não cancelados excedeu o montante originalmente destinado aos Investidores Não Institucionais, conforme Direccionamento da Oferta, os Coordenadores, em comum acordo com a Emissora e a Devedora, optaram por ajustar os percentuais do Direccionamento da Oferta, elevando a parcela direcionada a Investidores Não Institucionais a um patamar compatível com os objetivos da Oferta, de forma a atender, totalmente, referidos Pedidos de Reserva de Investidores Não Institucionais admitidos, de acordo com o procedimento descrito no Contrato de Colocação e na seção “Informações Relativas à Oferta - Oferta Não Institucional” do Prospecto Definitivo da Oferta. Assim como os Investidores Não Institucionais, os Investidores Institucionais puderam participar do procedimento de coleta de intenções de investimento por meio da apresentação de Pedidos de Reserva realizados no Período de Reserva, sem fixação de lotes mínimos ou máximos.

3.8.7. Observadas as condições previstas no Contrato de Colocação, a Oferta terá início após **(i)** a concessão do registro da Oferta pela CVM; **(ii)** a divulgação deste “Anúncio de Início de Distribuição Pública da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 5ª (Quinta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da VERT Companhia Securitizadora”, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400 (“Anúncio de Início”); e **(iii)** a disponibilização do Prospecto Definitivo aos Investidores.

3.8.8. Não será **(i)** constituído fundo de sustentação de liquidez; **(ii)** firmado contrato de garantia de liquidez para os CRA; ou **(iii)** firmado contrato de estabilização de preço dos CRA no âmbito da Oferta.

3.8.9. Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, caso a garantia firme de colocação seja exercida pelos Coordenadores, os CRA adquiridos poderão ser revendidos no mercado secundário por meio do CETIP21 e/ou PUMA, **(i)** pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração DI ou Remuneração IPCA, conforme o caso, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data da respectiva revenda, caso a revenda ocorra antes da divulgação do Anúncio de Encerramento; ou **(ii)** por valor acima ou abaixo do seu Valor Nominal Unitário, sem qualquer restrição portanto à sua negociação, caso a revenda ocorra após a divulgação do Anúncio de Encerramento. A revenda dos CRA deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

3.8.10. Conforme recomendado pelos Coordenadores, a Emissora contratou o Banco Bradesco S.A., com interveniência anuência da Devedora, para a prestação de serviços de formador de mercado, por meio da inclusão de ordens firmes de compra e de venda dos CRA por meio do CETIP Trader, na forma e conforme as disposições da Instrução CVM nº 384, de 17 de março de 2003, conforme alterada, do Manual de Normas para Formador de Mercado, do Comunicado da CETIP nº 111, de 6 de novembro de 2006, com a finalidade de fomentar a liquidez dos CRA no mercado secundário, nos termos descritos no Prospecto Definitivo. A Emissora optou em contratar o formador de mercado em razão da qualidade, preço e agilidade de seus serviços.

3.9. Prazo Máximo de Colocação: O prazo máximo para colocação dos CRA é de até 6 (seis) meses, contados da data de divulgação deste Anúncio de Início, nos termos da regulamentação aplicável. Para fins de recebimento dos pedidos de reserva de subscrição dos CRA, é considerado como “Período de Reserva”, o período compreendido entre os dias 02 de março de 2017 e 17 de março de 2017, enquanto o “Período de Reserva para Pessoas Vinculadas” correspondeu ao período compreendido entre os dias 02 de março de 2017 e 08 de março de 2017.

3.10. Preço de Integralização e Forma de Integralização: Os CRA serão subscritos no mercado primário e integralizados por seu Valor Nominal Unitário (“Preço de Integralização”). Referido preço de integralização será pago à vista: **(i)** nos termos do respectivo Boletim de Subscrição; e **(ii)** para prover recursos a serem destinados pela Emissora conforme Termo de Securitização. Todos os CRA serão subscritos e integralizados em uma única data de integralização (“Data de Integralização”).

3.10.1. O Preço de Integralização será pago à vista em moeda corrente nacional, no ato da subscrição dos CRA, de acordo com os procedimentos da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso: **(i)** nos termos do respectivo Boletim de Subscrição; e **(ii)** para prover recursos a serem destinados pela Emissora conforme a cláusula 4.11 do Termo de Securitização.

3.10.2. Os Coordenadores não concederão qualquer tipo de desconto aos Investidores interessados em adquirir os CRA no âmbito da Oferta.

3.10.3. A quantidade de CRA adquirida e o valor estimado a ser pago serão informados aos Investidores com 1 (um) Dia Útil de antecedência da Data de Integralização, pelas Instituições Participantes da Oferta, conforme o caso.

3.10.4. Na Data de Integralização, os Investidores deverão efetivar a liquidação dos CRA a eles alocados, no valor informado pelas Instituições Participantes da Oferta, por meio de sua conta na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, observados os procedimentos da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso.



3.11. Atualização Monetária e Remuneração dos CRA: O Valor Nominal Unitário dos CRA DI não será objeto de atualização monetária. O Valor Nominal Unitário dos CRA IPCA será atualizado, a partir da Data de Integralização (inclusive), pela variação acumulada do IPCA, de acordo com a fórmula constante da Cláusula 6 do Termo de Securitização ("**Atualização Monetária**").

3.11.1. A partir da Data de Integralização (inclusive), sobre o Valor Nominal Unitário dos CRA DI, incidirão juros remuneratórios, correspondentes a 96,00% (noventa e seis por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) definida em Procedimento de *Bookbuilding*, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, conforme previsto na cláusula 6.3 do Termo de Securitização calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos ("**Remuneração CRA DI**"). O cálculo da Remuneração CRA DI obedecerá a fórmula prevista na cláusula 6.3 do Termo de Securitização. A Remuneração dos CRA DI deverá ser paga semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano, em 8 (oito) parcelas, sendo a primeira parcela devida em 17 de outubro de 2017 e a última na Data de Vencimento dos CRA DI (inclusive).

3.11.2. A partir da Data de Emissão (inclusive), sobre o Valor Nominal Unitário dos CRA IPCA, atualizado conforme disposto na Cláusula 6.2 do Termo de Securitização, incidirão juros remuneratórios, correspondentes à taxa de 5,0894% (cinco inteiros e oitocentos e noventa e quatro décimos de milésimos por cento) ao ano, definida em Procedimento de *Bookbuilding*. ("**Remuneração dos CRA IPCA**"). O cálculo da Remuneração CRA IPCA obedecerá a fórmula prevista na cláusula 6.4 do Termo de Securitização. A Remuneração dos CRA IPCA deverá ser paga anualmente nos meses de abril de cada ano, em 6 (seis) parcelas, sendo a primeira parcela devida em 17 de abril de 2018 e a última na Data de Vencimento dos CRA IPCA (inclusive).

3.12. Amortização dos CRA: O pagamento da integralidade do Valor Nominal Unitário acrescido da Atualização Monetária, conforme o caso, devido a cada titular de CRA DI e CRA IPCA a título de pagamento de Amortização, será realizado em parcela única, na Data de Vencimento dos CRA DI e na Data de Vencimento dos CRA IPCA, respectivamente ("**Amortização**").

3.12.1. Os recursos para o pagamento da Amortização deverão ser depositados pela Devedora na Conta Centralizadora DI ou na Conta Centralizadora IPCA (conforme definidas no Termo de Securitização), conforme o caso, com até 1 (um) Dia Útil de antecedência da Data de Vencimento dos CRA DI ou da Data de Vencimento dos CRA IPCA, conforme o caso.

3.12.2. Na Data de Vencimento dos CRA DI e na Data de Vencimento dos CRA IPCA, conforme o caso, a Emissora deverá proceder à liquidação total dos CRA DI e dos CRA IPCA, respectivamente, pelo Valor Nominal Unitário ou pelo Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração dos CRA DI ou da Remuneração dos CRA IPCA, respectivamente, devida para a última Data de Pagamento de Remuneração.

3.12.3. Na hipótese de haver atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares de CRA, unicamente nos casos em que se verificar um dos eventos previstos na cláusula 13.1 do Termo de Securitização; serão devidos pela Emissora, considerando seu patrimônio próprio, a partir do vencimento até a data de seu efetivo pagamento, multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao ano (ou menor prazo permitido em lei pela legislação aplicável), capitalizados diariamente, *pro rata temporis*, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ambos incidentes sobre o respectivo valor devido e não pago. Referidos encargos serão revertidos, pela Emissora, em benefício dos titulares de CRA da respectiva Série, e deverão ser, na seguinte ordem: **(i)** destinados ao pagamento de Despesas, nos termos da Ordem de Pagamentos; e **(ii)** rateados entre os titulares de CRA da respectiva Série, observada sua respectiva participação no Valor Total da Emissão, e deverão, para todos os fins, ser acrescidos ao pagamento da próxima parcela de Amortização devida a cada titular de CRA da respectiva Série.

3.12.4. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.12.1 acima e na Cláusula 6.8.1 do Termo de Securitização, caso ocorra atraso no pagamento dos valores devidos pela Devedora em razão das NCE nas Contas Centralizadoras (conforme definido no Termos de Securitização), a Devedora estará sujeita ao pagamento dos Encargos Moratórios, que serão repassados pela Emissora aos titulares dos CRA.

3.13. Resgate Antecipado dos CRA: Conforme previsto no Termo de Securitização, os CRA poderão ser objeto de resgate antecipado, conforme previsto abaixo.

3.13.1. Oferta de Resgate Antecipado: Em caso de exercício pela Devedora, de Solicitação de Amortização Antecipada das NCE, que, nos termos da Cláusula 07 de cada NCE, poderá ser realizada na periodicidade máxima de 1 (uma) vez a cada trimestre, a partir da Data de Integralização e até a Data de Vencimento dos CRA DI (exclusivamente em relação aos CRA DI) e a Data de Vencimento dos CRA IPCA (exclusivamente em relação aos CRA IPCA), a Emissora deverá realizar oferta de resgate antecipado dos CRA direcionada à totalidade dos titulares de CRA de uma ou ambas as Séries, conforme determinado pela Devedora, sendo assegurada a seus titulares igualdade de condições para aceitar a oferta, e observado que a proposta de resgate antecipado apresentada pela Emissora poderá abranger a totalidade ou parte dos CRA ("**Oferta de Resgate Antecipado**"), nos termos previstos na Cláusula 7.2 do Termo de Securitização.

3.13.2. Resgate Antecipado Obrigatório: A Emissora deverá realizar o resgate antecipado dos CRA de ambas as Séries, em consequência do exercício pela Devedora da Opção de Amortização Antecipada realizada nos termos da cláusula 08 das NCE, a qualquer momento a partir da Data de Integralização, durante a vigência dos CRA, caso seja verificada obrigação de acréscimo de valores nos pagamentos devidos pela Devedora sob as NCE e/ou o Contrato de Cessão, em razão de incidência ou majoração de tributos, exceto nos casos em que tal incidência ou majoração de tributos decorra, direta ou indiretamente, de descumprimento pela Devedora da destinação de recursos prevista nas NCE ("**Resgate Antecipado Obrigatório**"), nos termos previstos na Cláusula 7.3 do Termo de Securitização.

3.14. Vencimento Antecipado: A Emissora ou o Agente Fiduciário e/ou qualquer terceiro que venha a sucedê-la como administradora do patrimônio separado vinculado à emissão dos CRA, ou os titulares de CRA, na sua ausência, observada a cláusula 7.5.1 do Termo de Securitização, poderão declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações constantes da NCE DI e/ou da NCE IPCA e, consequentemente, na cláusula 7.5. do Termo de Securitização, nas hipóteses previstas na Cláusula 7.5. do Termo de Securitização.

3.14.1. O vencimento antecipado dos CRA terá efeitos automáticos nas hipóteses que determinam sua incidência, conforme previsto na cláusula 7.5.1. do Termo de Securitização.

3.14.2. Ocorrida alguma das hipóteses de vencimento antecipado com efeitos não automáticos, deverá ser convocada Assembleia Geral dos CRA DI e/ou Assembleia Geral dos CRA IPCA, especialmente para deliberar sobre eventual não vencimento antecipado dos CRA, no âmbito do Termo de Securitização.

3.14.3. Na Assembleia Geral referida acima, os titulares de CRA DI e/ou CRA IPCA, conforme o caso, representando no mínimo a maioria simples dos CRA em Circulação da respectiva Série presentes na Assembleia Geral, em primeira ou segunda convocação, desde que tal maioria simples represente no mínimo 30% (trinta por cento) mais um dos CRA DI em Circulação e/ou CRA IPCA em Circulação, poderão decidir pela não declaração de vencimento antecipado da NCE DI ou da NCE IPCA. Caso a Assembleia Geral dos CRA DI e/ou Assembleia Geral dos CRA IPCA, devidamente convocada pela Emissora na forma prevista na Cláusula 7.5.1 do Termo de Securitização, por qualquer motivo **(i)** não seja instalada em até 40 (quarenta) dias corridos contados da primeira convocação realizada pela Emissora, ou, **(ii)** se realizada no prazo mencionado no item (i) acima, dela não resulte decisão no sentido de autorizar a Emissora a não decretar o vencimento antecipado das NCE; a Emissora deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações constantes da NCE DI e/ou da NCE IPCA, conforme o caso e, consequentemente, da respectiva Série, com efeitos automáticos e imediatamente exigíveis.



3.15. Eventos de Liquidação dos Patrimônios Separados: A ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (“**Eventos de Liquidação dos Patrimônios Separados**”) ensejarão a assunção imediata da administração do Patrimônio Separado DI e/ou do Patrimônio Separado IPCA, conforme o caso, pelo Agente Fiduciário, sendo certo que, nesta hipótese, o Agente Fiduciário deverá convocar em até 2 (dois) Dias Úteis contados de sua ciência uma Assembleia Geral dos CRA DI e/ou uma Assembleia Geral dos CRA IPCA para deliberar sobre assunção da administração do Patrimônio Separado, bem como a forma de administração e/ou eventual liquidação, total ou parcial, do respectivo Patrimônio Separado DI e/ou do respectivo Patrimônio Separado IPCA:

- (i) insolvência, pedido ou requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora, independentemente de aprovação do plano de recuperação por seus credores ou deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (ii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido ou cancelado pela Emissora através de depósito judicial e/ou contestado no prazo legal;
- (iii) decretação de falência ou apresentação de pedido de autofalência pela Emissora;
- (iv) não observância pela Emissora dos deveres e das obrigações previstos nos instrumentos celebrados com os prestadores de serviço da Emissão, tais como Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Custodiante, Agente Registrador e Agente Escriturador, desde que, comunicada para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça nos prazos previstos no respectivo instrumento aplicável;
- (v) inadimplemento ou mora, pela Emissora, de qualquer das obrigações não pecuniárias previstas no Termo de Securitização ou nos Documentos da Operação, sendo que, nesta hipótese, a liquidação do Patrimônio Separado DI ou do Patrimônio Separado IPCA, conforme o caso, poderá ocorrer desde que tal inadimplemento perdure por mais de 30 (trinta) dias contados da notificação formal e comprovadamente realizada pelo Agente Fiduciário;
- (vi) inadimplemento ou mora, pela Emissora, de qualquer das obrigações pecuniárias previstas no Termo de Securitização ou nos Documentos da Operação que dure por mais de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de notificação encaminhada pelo Agente Fiduciário, caso haja recursos suficientes no Patrimônio Separado DI ou Patrimônio Separado IPCA, conforme o caso, e desde que exclusivamente a ela imputado. O prazo ora estipulado será contado da notificação formal e comprovadamente realizada pelo Agente Fiduciário à Emissora;
- (vii) desvio de finalidade do Patrimônio Separado DI ou Patrimônio Separado IPCA, conforme o caso; e/ou
- (viii) decisão judicial por violação, pela Emissora, de qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, as Leis Anticorrupção, o *Foreign Corrupt Practices Act - FCPA* e o *UK Bribery Act - UKBA*.

3.15.1. A Assembleia Geral dos CRA DI ou Assembleia Geral dos CRA IPCA, conforme o caso, convocada para deliberar sobre qualquer Evento de Liquidação do Patrimônio Separado decidirá, pela maioria dos votos dos titulares dos CRA DI em Circulação ou CRA IPCA em Circulação, sobre a forma de administração e/ou forma de eventual liquidação, total ou parcial, do Patrimônio Separado DI ou Patrimônio Separado IPCA, conforme aplicável.

3.15.2. A Assembleia Geral dos CRA DI ou Assembleia Geral dos CRA IPCA, conforme o caso, prevista na cláusula 3.15 acima, será convocada mediante publicação de edital no jornal “O Estado de São Paulo”, por 3 (três) vezes, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias e instalar-se-á **(i)** em primeira convocação com a presença de titulares de CRA DI ou CRA IPCA, conforme o caso, que representem pelo menos 2/3 (dois terços) dos CRA DI em Circulação ou CRA IPCA em Circulação, conforme o caso; e, **(ii)** em segunda convocação, com qualquer número.

3.15.3. Em referida Assembleia Geral, os titulares de CRA DI e/ou CRA IPCA, conforme o caso, deverão deliberar: **(i)** pela liquidação, total ou parcial, do Patrimônio Separado DI e/ou Patrimônio Separado IPCA, conforme o caso, hipótese na qual deverá ser nomeado o liquidante e as formas de liquidação; ou **(ii)** pela não liquidação do Patrimônio Separado DI e/ou Patrimônio Separado IPCA, conforme o caso, hipótese na qual deverá ser deliberada a administração do Patrimônio Separado DI e/ou Patrimônio Separado IPCA, conforme o caso, pelo Agente Fiduciário ou nomeação de outra securitizadora, fixando, em ambos os casos, as condições e termos para sua administração, bem como sua respectiva remuneração. O liquidante será a Emissora caso esta não tenha sido destituída da administração do Patrimônio Separado DI ou Patrimônio Separado IPCA, conforme o caso.

3.15.3.1. A deliberação pela não declaração da liquidação do Patrimônio Separado DI ou Patrimônio Separado IPCA, conforme o caso, deverá ser tomada, em **(i)** primeira convocação, pelos titulares de CRA que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos CRA DI em Circulação ou CRA IPCA em Circulação, respectivamente; e **(ii)** segunda convocação, pelos titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA DI em Circulação ou CRA IPCA em Circulação, respectivamente. A não realização da referida Assembleia Geral ou a insuficiência de quórum de instalação ou de aprovação no prazo de 40 (quarenta) dias corridos de sua primeira convocação, será interpretada como manifestação favorável à liquidação do Patrimônio Separado DI ou Patrimônio Separado IPCA, conforme o caso.

3.15.4. A liquidação do Patrimônio Separado DI e/ou Patrimônio Separado IPCA, conforme o caso, será realizada mediante transferência dos Direitos Creditórios do Agronegócio DI e/ou Direitos Creditórios do Agronegócio IPCA, conforme o caso, e dos eventuais recursos da Conta Centralizadora DI e/ou Conta Centralizadora IPCA integrantes do respectivo Patrimônio Separado ao Agente Fiduciário (ou à instituição administradora que vier a ser nomeada pelos titulares de CRA), na qualidade de representante dos titulares de CRA, para fins de extinção de toda e qualquer obrigação da Emissora decorrente dos CRA de referida Série. Nesse caso, caberá ao Agente Fiduciário (ou à instituição administradora que vier a ser nomeada pelos titulares de CRA), conforme deliberação dos titulares de CRA DI ou CRA IPCA em Assembleia Geral dos CRA DI ou dos CRA IPCA: **(i)** administrar os Direitos Creditórios do Agronegócio DI e/ou Direitos Creditórios do Agronegócio IPCA e os eventuais recursos da Conta Centralizadora DI e/ou Conta Centralizadora IPCA (ou seja, Créditos do Patrimônio Separado DI e/ou Créditos do Patrimônio Separado IPCA) que integram o Patrimônio Separado DI ou Patrimônio Separado DI, respectivamente; **(ii)** esgotar todos os recursos judiciais e extrajudiciais para a realização dos créditos decorrentes dos Direitos Creditórios do Agronegócio DI ou Direitos Creditórios do Agronegócio IPCA e dos eventuais recursos da Conta Centralizadora DI ou Conta Centralizadora IPCA (ou seja, Créditos do Patrimônio Separado DI ou Créditos do Patrimônio Separado IPCA) que lhe foram transferidos, conforme o caso; **(iii)** ratear os recursos obtidos entre os titulares de CRA DI e/ou CRA IPCA, conforme o caso, na proporção de CRA DI e/ou CRA IPCA detidos; e **(iv)** transferir os Direitos Creditórios do Agronegócio DI e/ou Direitos Creditórios do Agronegócio IPCA e os eventuais recursos da Conta Centralizadora DI e/ou Conta Centralizadora IPCA (ou seja, Créditos do Patrimônio Separado DI e/ou Créditos do Patrimônio Separado IPCA) eventualmente não realizados aos titulares de CRA, na proporção de CRA DI e/ou CRA IPCA detidos por cada titular dos CRA.

3.15.5. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos Eventos de Liquidação dos Patrimônios Separados, comunicar, em até 1 (um) Dia Útil, o Agente Fiduciário.

3.15.6. A realização dos direitos dos titulares de CRA estará limitada aos Créditos dos Patrimônios Separados, nos termos do parágrafo 3º do artigo 11 da Lei 9.514, não havendo qualquer outra garantia prestada por terceiros ou pela própria Emissora.



3.15.7. Independentemente de qualquer outra disposição do Prospecto Definitivo e do Termo de Securitização, em caso de insuficiência dos bens do Patrimônio Separado DI e/ou Patrimônio Separado IPCA, conforme o caso, e não recomposição pela Devedora, a Emissora deverá convocar Assembleia Geral para deliberar sobre o aporte de recursos pelos titulares de CRA para arcar com as Despesas DI e/ou Despesas IPCA, conforme o caso e/ou sobre a liquidação do respectivo Patrimônio Separado, observando os procedimentos do artigo 14 da Lei 9.514, devendo respeitar o estabelecido nos parágrafos acima e nas Cláusulas 13.3, 13.4 e 13.4.1 do Termo de Securitização.

3.16. Multa e Juros Moratórios: Na hipótese de atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares de CRA, incidirão sobre o valor em atraso juros moratórios à taxa efetiva de 1% a.a. (um por cento ao ano) (ou menor prazo permitido pela legislação aplicável), capitalizados diariamente “pro rata temporis” desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e multa não compensatória de 2% (dois por cento).

3.17. Atraso no Recebimento de Pagamentos: O não comparecimento do titular do CRA para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas no Termo de Securitização ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento, desde que os recursos tenham sido disponibilizados pontualmente.

3.18. Destinação dos Recursos pela Emissora: Os recursos obtidos com a subscrição e integralização dos CRA, inclusive os recursos adicionais provenientes do eventual exercício da Opção de Lote Suplementar e da Opção de Lote Adicional, serão utilizados exclusivamente pela Emissora para pagar à Cedente o valor do Preço de Aquisição DI e do Preço de Aquisição IPCA.

3.18.1. Destinação dos Recursos pela Devedora: Nos termos das NCE, os recursos captados por meio de sua emissão, desembolsados pelo Cedente em favor da Devedora, serão utilizados pela Devedora exclusivamente no âmbito de seu programa de exportação de açúcar e álcool, na forma prevista em seu objeto social, em conformidade com o orçamento constante do Anexo II de cada NCE e com fundamento na Lei 6.313 e no Decreto-Lei 413, com a finalidade específica de financiar atividades relacionadas ao agronegócio, assim entendidas as atividades relacionadas com a produção e comercialização de cana-de-açúcar que servirá de insumo para a industrialização de açúcar e álcool. O Agente Fiduciário deverá verificar, ao longo do prazo de duração dos CRA, o efetivo direcionamento de todos os recursos obtidos por meio da emissão das NCE, em conformidade com o disposto no Termo de Securitização.

3.19. Regime Fiduciário: Nos termos previstos pelas Leis 9.514 e 11.076, será instituído regime fiduciário: **(i)** sobre os Direitos Creditórios do Agronegócio DI, bem como sobre o Fundo de Despesas DI e todos e quaisquer valores depositados na Conta Centralizadora DI (“**Regime Fiduciário DI**”); e **(ii)** sobre os Direitos Creditórios do Agronegócio IPCA, bem como sobre o Fundo de Despesas IPCA e todos e quaisquer valores depositados na Conta Centralizadora IPCA (“**Regime Fiduciário IPCA**” e, em conjunto com o Regime Fiduciário DI, “**Regime Fiduciário**”).

3.20. Garantias: Não serão constituídas garantias, reais ou pessoais, sobre os CRA. Os CRA não contarão com garantia flutuante da Emissora, razão pela qual qualquer bem ou direito integrante de seu patrimônio, que não componha os Patrimônios Separados, não será utilizado para satisfazer as obrigações assumidas no âmbito do Termo de Securitização.

3.21. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes no âmbito do Termo de Securitização, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia que não seja um Dia Útil, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins do Termo de Securitização, “**Dia Útil**” significa todo dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional, inclusive para fins de cálculo da Remuneração e realização de pagamentos por meio da CETIP; exceto nos casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente será considerado Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado nacional no Estado de São Paulo ou na Cidade de São Paulo e aqueles sem expediente na BM&FBOVESPA.

3.22. Público-Alvo da Oferta: Os CRA serão distribuídos publicamente a investidores qualificados, conforme definido no artigo 9º-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.

3.22.1. A distribuição pública dos CRA deverá ser direcionada a investidores qualificados, respeitado prioritariamente o seguinte direcionamento da distribuição: **(i)** no mínimo 80% (oitenta por cento) direcionado a investidores pessoas físicas que adquiram qualquer quantidade de CRA, ainda que suas ordens sejam colocadas por meio de *private banks* ou administradores de carteira (em conjunto, “**Investidores Não Institucionais**”); e **(ii)** até 20% (vinte por cento) direcionado a investidores pessoas jurídicas, além de fundos de investimento, clubes de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização (em conjunto “**Investidores Institucionais**”) (“**Direcionamento da Oferta**”).

3.23. Declaração de Inadequação de Investimento: O investimento em CRA não é adequado aos investidores que: **(i)** necessitem de liquidez com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de certificados de recebíveis do agronegócio no mercado secundário brasileiro é restrita; e/ou **(ii)** não estejam dispostos a correr risco de crédito relacionado ao setor do agronegócio.

3.24. Local de Pagamentos: Os pagamentos dos CRA serão efetuados por meio da CETIP e/ou por meio de procedimentos da BM&FBOVESPA, conforme o ambiente onde os CRA estejam custodiados eletronicamente. Caso, por qualquer razão, a qualquer tempo, os CRA não estejam custodiados eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, a Emissora deixará, na Conta Centralizadora, o valor correspondente ao respectivo pagamento à disposição do respectivo titular do CRA, hipótese em que, a partir da referida data, não haverá qualquer tipo de atualização ou remuneração sobre o valor colocado à disposição do titular do CRA na Conta Centralizadora DI ou na Conta Centralizadora IPCA.

3.25. Publicidade: Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares de CRA deverão ser veiculados, na forma de aviso, no jornal “O Estado de São Paulo”, devendo a Emissora avisar o Agente Fiduciário quando da realização de qualquer publicação. Não obstante o disposto acima, o Aviso ao Mercado foi publicado no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, na edição de 21 de fevereiro de 2017. O Anúncio de Início, elaborado nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, e o Anúncio de Encerramento, elaborado nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400, serão divulgados nos termos do artigo 54-A da Instrução CVM 400, na página da rede mundial de computadores: **(i)** da Emissora; **(ii)** dos Coordenadores; **(iii)** da CVM; **(iv)** da CETIP; e **(v)** da BM&FBOVESPA.

3.25.1. A Emissora poderá deixar de realizar as publicações acima previstas se notificar todos os titulares de CRA e o Agente Fiduciário, obtendo deles declaração de ciência dos atos e decisões. O disposto neste item não inclui “atos e fatos relevantes”, que deverão ser divulgados na forma prevista na Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.

3.25.2. As demais informações periódicas da Emissora serão disponibilizadas ao mercado, nos prazos legais e/ou regulamentares, através do sistema da CVM de envio de Informações Periódicas e Eventuais - IPE, ou de outras formas exigidas pela legislação aplicável.

3.26. Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta: A Emissora e/ou os Coordenadores, sempre em concordância com a Devedora, podem requerer à CVM a modificação ou revogação da Oferta, caso ocorram alterações posteriores, substanciais e imprevisíveis nas circunstâncias inerentes à Oferta existentes na data do pedido de registro de distribuição ou que o fundamentem, que resulte em aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta.



3.26.1. Adicionalmente, a Emissora e/ou os Coordenadores, sempre com a concordância da Devedora, podem modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os Investidores, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º da Instrução CVM 400.

3.26.2. Caso o requerimento de modificação das condições da Oferta seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta poderá ser prorrogado por até 90 (noventa) dias, contados da aprovação do pedido de modificação.

3.26.3. A revogação da Oferta ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de anúncio de retificação a ser publicado no jornal "O Estado de São Paulo", conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400 ("**Anúncio de Retificação**"). Após a publicação de Anúncio de Retificação, as Instituições Participantes da Oferta somente aceitarão ordens daqueles Investidores que estejam cientes de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições, nos termos do Anúncio de Retificação. Os Investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação, a respeito do Anúncio de Retificação para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção de sua ordem em caso de silêncio.

3.26.4. Em caso de (i) revogação da Oferta; ou (ii) revogação, pelos Investidores, de sua aceitação da Oferta, na hipótese de modificação das condições da Oferta, nos termos dos artigos 25 e 26 da Instrução CVM 400, os montantes eventualmente utilizados por Investidores na integralização dos CRA durante o Prazo de Colocação serão integralmente restituídos pela Emissora e/ou pelos Coordenadores, conforme o caso, aos respectivos Investidores, sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis, se a alíquota for superior a zero, no prazo de 3 (três) Dias Úteis, contados da data (i) da revogação da Oferta, ou (ii) em que em receber a comunicação enviada pelo investidor de revogação da sua aceitação. Neste caso, os Investidores deverão fornecer recibo de quitação referente aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos Boletins de Subscrição referentes aos CRA já integralizados.

3.26.5. Em qualquer hipótese, a revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos Investidores aceitantes os valores eventualmente dados em contrapartida à aquisição dos CRA, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

3.27. Direitos, Vantagens e Restrições dos CRA: Sem prejuízo das demais informações contidas no Prospecto e neste Anúncio de Início, será instituído regime fiduciário sobre os Direitos Creditórios do Agronegócio, bem como sobre os Fundos de Despesas e todos e quaisquer valores depositados nas Contas Centralizadoras, nos termos do Termo de Securitização. Cada CRA corresponderá um voto na respectiva Assembleia Geral sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de CRA, observado o disposto na cláusula 12 do Termo de Securitização. Os CRA poderão ser negociados no mercado secundário apenas quando do encerramento da Oferta.

3.28. Classificação de Risco: A Emissão dos CRA foi submetida à apreciação da **Standard & Poor's Ratings do Brasil Ltda. ("Agência de Classificação de Risco")**. A classificação de risco da Emissão deverá existir durante toda a vigência dos CRA, devendo tal classificação de risco ser atualizada trimestralmente, de acordo com o disposto no artigo 7, §7º da Instrução CVM 414.

3.29. Informações Financeiras da Devedora: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Devedora referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2016, bem com as informações trimestrais referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2016 anexas ao Prospecto Preliminar, foram objeto de auditoria e revisão, respectivamente, por parte de auditores independentes.

3.30. Inexistência de Manifestação de Auditores Independentes da Emissora: Os números e informações da Emissora presentes no Prospecto Definitivo não foram objeto de revisão por parte de auditores independentes, e, portanto, não foram obtidas quaisquer manifestações de auditores independentes acerca da consistência das informações financeiras constantes do Prospecto, relativamente às demonstrações financeiras publicadas, conforme recomendação constante do Código ANBIMA.

3.31. Fatores de Risco: Para uma explicação acerca dos fatores de risco que devem ser considerados cuidadosamente antes da decisão de investimento nos CRA, consultar a Seção "Fatores de Risco" nas páginas 147 a 174 do Prospecto Definitivo.

4. CRONOGRAMA TENTATIVO

A Oferta seguirá o cronograma tentativo abaixo:

Ordem dos Eventos	Eventos	Data Prevista ⁽¹⁾
1	Disponibilização do Prospecto Definitivo ao Público Investidor	06/04/2017
2	Data de Liquidação Financeira dos CRA	07/04/2017
3	Data de Início de Negociação dos CRA na BM&FBOvespa	10/04/2017
4	Data de Início de Negociação dos CRA na CETIP	10/04/2017
5	Publicação do Anúncio de Encerramento ⁽²⁾	11/04/2017

⁽¹⁾ As datas acima indicadas são meramente estimativas, estando sujeitas a modificações, suspensões, antecipações ou prorrogações, a critério dos Coordenadores e da Emissora. Qualquer modificação no cronograma da Oferta deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, de acordo com os artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400.

⁽²⁾ Data de Encerramento da Oferta, a ser anunciada por meio do Anúncio de Encerramento a ser disponibilizado no *website* da Emissora, dos Coordenadores, da Devedora, da CETIP, da CVM e da BM&FBOVESPA.

Para informações acerca do preço de subscrição e forma de integralização dos CRA, leia a seção "2.1 Informações Relativas à Oferta", item "Preço de Integralização e Forma de Integralização" do Prospecto.

Nos termos desta seção "Distribuição dos CRA", item "Início, Liquidação e Encerramento da Oferta" do Prospecto, caso a garantia firme de colocação seja exercida pelos Coordenadores, os CRA adquiridos poderão ser revendidos no mercado secundário por meio do CETIP21 e/ou PUMA, (i) pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração DI ou Remuneração IPCA, conforme o caso, calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização até a data da respectiva revenda, caso a revenda ocorra antes da divulgação do Anúncio de Encerramento; ou (ii) por valor acima ou abaixo do seu Valor Nominal Unitário, sem qualquer restrição portanto à sua negociação, caso a revenda ocorra após a divulgação do Anúncio de Encerramento. A revenda dos CRA deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável. A garantia firme é válida até 05 de maio de 2017 e, a partir de tal data perderá efeito independentemente de aviso ou notificação, podendo tal prazo ser estendido a critério exclusivo dos Coordenadores. Para informações acerca da possibilidade de suspensão, cancelamento ou modificação da Oferta, leia o item "Suspensão, Cancelamento, Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta" do Prospecto.



Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares de CRA deverão ser veiculados, na forma de aviso, no jornal “O Estado de São Paulo”, devendo a Emissora avisar o Agente Fiduciário quando da realização de qualquer publicação. Não obstante o disposto acima, o Aviso ao Mercado foi publicado no jornal “Valor Econômico”. O Anúncio de Início, elaborado nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, e o Anúncio de Encerramento, elaborado nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400, serão divulgados nos termos do artigo 54-A da Instrução CVM 400, na página da rede mundial de computadores: **(i)** da Emissora; **(ii)** dos Coordenadores; **(iii)** da CVM; **(iv)** da CETIP; e **(v)** da BM&FBOVESPA.

5. AGENTE FIDUCIÁRIO

5.1. A instituição contratada para prestação de serviços de agente fiduciário dos CRA é a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário e representante dos titulares de CRA.

5.2. Os Investidores poderão ser atendidos por meio do telefone (21) 3385-4565, por meio do *website* **www.pentagonotrustee.com.br**, ou por meio do email operacional@pentagonotrustee.com.br.

6. LOCAIS DE CONTATO PARA INFORMAÇÕES SOBRE OS CRA

Os interessados em adquirir CRA poderão contatar os Coordenadores nos endereços abaixo indicados:

(i) Coordenador Líder

BANCO BRADESCO BBI S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 10º andar, CEP 01451-000, São Paulo - SP

At.: Sr. Mauro Tukiya

Telefone: (11) 2169-5000

Fax: (11) 3847-9856

Site: www.bradescobbi.com.br

Link para acesso direto ao Prospecto: https://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/Default.aspx (neste *website* selecionar o tipo de oferta “CRA”, em seguida clicar em “CRA São Martinho II” e em “Prospecto Definitivo”)

(ii) Coordenadores

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, CEP 04538-132, São Paulo - SP

At.: Sra. Juliana Angeli Casseb Lima Ferrari

Telefone: (11) 3708-2506

Fax: (11) 3708-2533

Site: <https://www.itaubba.com.br/itaubba-pt>

Link para acesso direto ao Prospecto Definitivo: <https://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas>, neste *website*, selecionar “CRA Certificado de Recebíveis do Agronegócio”, em seguida “2017”, em seguida “Abril” e em “CRA_São_Martinho_Prospecto_Definitivo”

BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, Centro, CEP 20031-923, Rio de Janeiro - RJ

At.: Sra. Paula Fajardo Archanjo/Samuel Arana Meneghini

Telefone: (11) 3149-8400

Fax: (11) 3149-8529

Site: www.bb.com.br

Link para acesso direto ao Prospecto Definitivo: **Link para acesso direto ao Prospecto:** www.bb.com.br/ofertapublica (neste site clicar em “CRA São Martinho” e então clicar em “Leia o Prospecto Definitivo”)

BANCO J. SAFRA S.A.

Avenida Paulista, nº 2.150, CEP 01310-300, São Paulo - SP

At.: Sr. José Paulo Scheliga

Telefone: (11) 3175-8059

Fax: (11) 3175-9797

Site: www.safrabi.com.br

Link para acesso direto ao Prospecto Definitivo www.safrabi.com.br (no site “clique” em Prospecto Definitivo CRA São Martinho 2017)

(iii) Emissora

VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, conjunto 24, CEP 05407-003, São Paulo - SP

At.: Sra. Martha de Sá Pessoa

Telefone: (11) 3385-1800

Fac-símile: (11) 3385-1800

Site: www.vert-capital.com



7. OUTRAS INFORMAÇÕES

Para informações adicionais sobre a Oferta e os CRA, bem como para obtenção de exemplar do “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, sob o Regime de Garantia Firme da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 5ª (Quinta) Emissão da VERT Companhia Securitizadora” (“Contrato de Colocação”) e do Prospecto Definitivo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, ou à sede da Emissora, à **BM&FBOVESPA** ou à **CETIP**, nos endereços indicados abaixo, ou ao escritório de qualquer dos Coordenadores, nos endereços mencionados no item 4 acima, ou, ainda, acessar as respectivas páginas (*websites*) mantida por cada um deles na rede mundial de computadores, sendo que o Prospecto Definitivo encontra-se à disposição dos investidores na CVM, na BM&FBOVESPA ou na CETIP apenas para consulta.

(i) VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, conjunto 24, CEP 05407-003, São Paulo - SP

At.: Sra. Martha de Sá Pessoa

Telefone: (11) 3385-1800

Site: www.vert-capital.com

Link para acesso direto ao Prospecto Definitivo: www.vert-capital.com, (neste *website* clicar em “Emissões” e posteriormente em 1ª e 2ª Séries da 5ª emissão da VERT Companhia Securitizadora)

(ii) BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS

Praça Antonio Prado, nº 48, São Paulo - SP

Link para acesso direto ao Prospecto Definitivo: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm (neste *website*, buscar “VERT Companhia Securitizadora” no campo disponível. Em seguida acessar “VERT Companhia Securitizadora” e posteriormente clicar em “Informações Relevantes”, em “Documentos de Oferta de Distribuição Pública” e acessar o Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da 1ª e da 2ª séries da 5ª emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da VERT Companhia Securitizadora com data de referência de 06 de abril de 2017).

(iii) CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS

Alameda Xingu, nº 350, 2º andar, Alphaville, CEP 06455-030, Barueri - SP

Link para acesso direto ao Prospecto Definitivo: www.cetip.com.br (neste *website* acessar em “Comunicados e Documentos”, o item “Prospectos”, em seguida buscar “Prospectos do CRA” e, posteriormente em “Definitivo- da 1ª e da 2ª séries da 5ª emissão” no título Certificado de Recebíveis do Agronegócio da Vert Companhia Securitizadora)

(iv) COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

Rua Sete de Setembro, nº 111, Rio de Janeiro - RJ ou

Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo - SP

Link para acesso direto ao Prospecto Definitivo: www.cvm.gov.br (neste *website* acessar em “Informações de Regulados” ao lado esquerdo da tela, clicar em “Companhias”, clicar em “Consulta a informações de Companhias”, clicar em “Documentos e Informações de Companhias”, buscar “VERT Companhia Securitizadora” no campo disponível. Em seguida acessar “VERT Companhia Securitizadora” e posteriormente “Documentos de Oferta de Distribuição Pública”. No *website* acessar “download” em “Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da 1ª e da 2ª séries da 5ª emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da VERT Companhia Securitizadora)

8. REGISTRO DA OFERTA NA CVM

8.1. A OFERTA FOI REGISTRADA PERANTE A CVM EM 06 DE ABRIL DE 2017, SOB O Nº CVM/SRE/CRA/2017/005, referente aos CRA DI e CVM/SRE/CRA/2017/006, referente aos CRA IPCA.

Data do Início da Oferta: A partir da data da publicação deste Anúncio de Início, qual seja, 06 de abril de 2017.

“O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, EM GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA EMISSORA, BEM COMO SOBRE OS CRA A SEREM DISTRIBUÍDOS.”

“LEIA O PROSPECTO DEFINITIVO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA EMISSORA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL A SEÇÃO DE FATORES DE RISCO”

06 de abril de 2017



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários. O registro ou análise prévia da presente Oferta Pública não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, do(s) ofertante(s), das instituições participantes, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos. Este selo não implica recomendação de investimento.

COORDENADOR LÍDER



COORDENADORES



ASSESSOR JURÍDICO DOS
COORDENADORES E DA EMISSORA

MATTOS FILHO > Mattos Filho, Veiga Filho,
Marrey Jr e Quiroga Advogados

ASSESSOR JURÍDICO DA
SÃO MARTINHO S.A.

PINHEIRO NETO
ADVOGADOS